



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS – GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.**

Monografia de Especialização

Elisandra de Almeida Schorn

**Constantina, RS, Brasil
2009**

**RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.**

Por

Elisandra de Almeida Schorn

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito
parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador : Prof. Andrea Tonini

Constantina, RS, Brasil

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS – GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Monografia de especialização

**RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.**

Elaborada por

Elisandra de Almeida Schorn

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Andréa Tonini, Ms. (UFSM)

(presidente/orientador)

Maria Alcione Munhoz Dr^a. (UFSM)

João Luis Pereira Ourique Dr. (UFPeI)

Constantina, julho de 2009.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar meus sinceros agradecimentos a SMEC/ Constantina, secretaria da Educação e Cultura do município de Constantina pela autorização para realizar o presente trabalho junto às escolas municipais. A Secretaria da Assistência Social, na pessoa da senhora Tânia Roso, representante do Programa Bolsa Família no município, pela total colaboração com o trabalho. As direções das escolas que abriram as portas das mesmas e acolheram a nossa proposta, bem como a todas as famílias que colaboraram para a conclusão do trabalho.

Também me dirijo a professora orientadora Ms. Andréa Tonini, tutores e demais professores e colegas que contribuíram no decorrer do trabalho, pois um trabalho só estará completo quando gerar conhecimentos e descobertas. Com a colaboração de todos conseguimos alcançar estes objetivos.

Muito obrigado!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educação
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.

Autor: Elisandra de Almeida Schorn

Orientador: Prof. Andrea Tonini

Data e Local da defesa: Constantina/RS, 07 de agosto de 2009.

Temos como objetivo geral investigar a eficácia do programa Bolsa Família para o crescimento educacional dos educandos de escolas públicas do município de Constantina/RS. Com educação de qualidade e cidadãos com dignidade assegurada por suas próprias ações, é que buscamos responder aos objetivos deste trabalho: mapear as famílias beneficiadas com o programa Bolsa Família, nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Constantina; diferenciar as funções sociais da escola e da família na vida do educando através de questionários junto às mesmas estabelecendo relações com as políticas públicas federais de incentivo a educação (Bolsa Família); relacionar informações recolhidas no questionário sobre o recebimento do auxílio e investimento dos mesmos por parte das famílias. Para respondermos aos objetivos propostos optamos por uma perspectiva qualitativa sendo a pesquisa tipo estudo de caso, no cruzamento de dados e informações possa ser delineada o porquê a escola está tendo crise de identidade, assumindo funções que seriam da família. Tendo assim relevância científica e social, pois, envolve os aspectos das Políticas Públicas de incentivo a educação e da Gestão Educacional. As famílias esperam da escola um processo de educação completa, a escola espera da família um comprometimento na caminhada escolar do educando. E ambas procuram uma educação de qualidade e cidadãos com dignidade assegurada por suas próprias ações, dentro da concepção de sociedade que se quer, fazendo parte de uma educação que necessita de transformações urgentes e de Gestores capacitados para enfrentar essas situações.

Palavras chave: Bolsa Família. Escola. Famílias.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educação
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.

(Relation among school, family and public policies in Constantina-RS)

Author: Elisandra de Almeida Schorn

Coordinator: Andrea Tonini

Date and place of defense: Constantina/RS, 07th August 2009.

We have as a general aim identifying the efficiency of *Bolsa Família* program for the educational growth of the students from public schools in Constantina-RS. With education of quality and citizens with dignity guaranteed by their own actions, we try to fulfill the aims of this work: drawing a map of the families benefited with *Bolsa Família* program at the fundamental schools in the town of Constantina; making the difference between social and school functions in the students' life through questionnaires answered by them, establishing relations with the new federal public policies of incentive to education (*Bolsa Família*); compare the information gathered in the questionnaire about the receiving of the benefit and the use of it by the families. In order to answer the proposed aims, one opted for the qualitative perspective and the research was the Case study kind. In the comparison of data, one tries to explain why the schools are having this identity crisis absorbing functions that would be family's, having so, social and scientific relevance, once it involves the aspects of public policies of incentive to education and the Educational management. The families hope that the school has a complete education and the school hopes the family has an engagement in the student's educational journey. Both look for an education of quality and citizens with dignity guaranteed by their own actions, into the conception of society one wants to be, taking part of an education that needs urgent changes and skilled managers to deal with such situations.

Key words: *Bolsa Família*. School. Families.

LISTA DE ANEXOS

Questionário para Pesquisa de Campo com as famílias.....	39
Entrevista semi-estruturada para pesquisa de Campo- direção e professores.....	40
Entrevista semi-estruturada para pesquisa de campo- responsável do Bolsa família no município.....	41
Termo de livre consentimento.....	42
Entrevista ROSO (2009).....	43
Atestado da SMEC.....	45

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	8
1.1 - justificativa e objetivos.....	8
2- REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
3- METODOLOGIA.....	16
4- RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
4.1 - Entrevista as diretoras das escolas A e B.....	18
4.2 - Questionário enviado as famílias.....	19
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
6- REFERÊNCIAS.....	35
7-ANEXO.....	38

1- INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa e Objetivos

Num período de mudanças sócio-econômicas as quais vivemos sujeitas aos investidores internacionais que controlam o termômetro econômico de nosso país. Através de políticas de ajuste econômico de curto prazo, dificultam consensos em torno de objetivos de longo alcance, como são os da educação. Instabilidade e fragilidade da experiência democrática é o resultado da globalização mundial.

Em função de longos períodos de governos autoritários desde Brasil Colônia até o início do Império. O primeiro Plano Nacional de Educação só surgiu em 1962 com a Lei 4024/61, que era um conjunto de metas para serem alcançadas em oito anos, fatos que prejudicam a articulação entre as instituições políticas e os atores sociais. Crescimento desigual, qual nos faz coniventes com assistencialismo em oposição às transformações inerentes. Acomodando-nos sem distinguirmos realmente os papéis fundamentais dentro da sociedade, entre família, escola e poder público.

Partindo desta mistura de papéis despertou interesses de aprofundar os conhecimentos sobre as políticas públicas de incentivo a educação que hoje vigoram relacionando-os diretamente com a escola, o educando e sua família.

A convivência em sala de aula ao longo dos anos, com crianças frutos dessa estrutura econômica, social e familiar nos remete a muitos questionamentos. Incluindo a inversão de papéis entre escola e família e equívocos entre assistencialismo e desenvolvimento econômico. E também demonstra a complexidade envolvida na ruptura de muitos conceitos ou preconceitos sociais. Ao poder público coube criar políticas que viessem ao encontro das expectativas desse novo conceito de globalização, resgatando a dignidade e cidadania de seu povo através da educação.

Ainda que por si só a educação não assegure a inclusão social. Nem se possa esperar só dela a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que se colocam hoje para a sociedade. Ela é sem dúvida, parte indispensável do esforço para tornar essa sociedade mais igualitária, solidária e integrada.

A promoção do desenvolvimento social, sob esse ponto de vista, não constituiria tarefa lateral e separável das outras tarefas do Estado como projetor do desenvolvimento. Para o Estado todo desenvolvimento é construção de cidadania, dessa forma projetar desenvolvimento implicaria mudanças para que possam afirmar uma nova identidade no mundo, para que ao ensaiar seu próprio caminho de superação de problemas e de satisfação de necessidades, torna dinâmicas suas potencialidades para antecipar o futuro que almejam.

No anseio do futuro almejado fundou-se inúmeros programas sociais (como o PAC- Programa de Aceleração do Crescimento) incluído ao programa Fome Zero, fundamentou-se o Bolsa Família, programa alvo deste estudo. O Bolsa Família vem regimentado pela lei federal 10/836/2004:

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecido em ato do Poder Executivo.

Buscando dados de famílias incluídas no Programa Federal Bolsa Família é que nortearmos nossa pesquisa. O Programa Bolsa Família repassa incentivos financeiros a famílias de baixa renda, com filhos matriculados em escolas públicas de ensino fundamental e com devida frequência, num valor de R\$ 15,00 (quinze) reais por criança até três filhos. Também engloba famílias remanejadas de outros programas já extintos, assim dando uma renda variável de R\$ 50,00 (cinquenta) reais até um teto de R\$ 95,00 (noventa e cinco) reais por família e por mês.

Tradicionalmente a família tem estado por trás do sucesso escolar e tem sido culpada pelo fracasso escolar. Quem não conhece o caso, comum no âmbito das

famílias de classe média e das escolas particulares, da mãe que acompanha assiduamente o aprendizado e o rendimento escolar dos filhos, que organiza seus horários de estudo, verifica o dever de casa diariamente, conhece a professora e freqüenta as reuniões escolares.

Em oposição a essa realidade de acompanhamento familiar, temos a família que se omite das responsabilidades básicas. Exigindo um assistencialismo governamental para que supra sua omissão. O problema de pesquisa parte de tantas políticas públicas voltadas a educação. Nos quais nossos alunos de escola pública continuam demonstrando carências econômicas e em algumas vezes acompanhada de uma desestruturação familiar, acarretando uma sobrecarga funcional dentro da escola.

O Bolsa-Família elege a família como a unidade do programa, o que significa ter todos os seus membros como público-alvo, e não mais cada um isoladamente, a partir da constatação óbvia, mas raramente incorporada às políticas sociais de âmbito nacional, de que a pobreza num país com a magnitude e a diversidade do Brasil apresenta várias formas de manifestação – que não se reduzem à renda dos indivíduos pobres, tampouco às precárias condições de vida a que estão condenados –, associada ao objetivo de que se trata de, além de satisfazer de forma digna suas necessidades básicas, alçá-los à condição de cidadãos (COHN; FONSECA, 2008 pg. 3).

Frente à situação exposta acima, temos como objetivo geral investigar a eficácia do programa Bolsa Família, para o crescimento educacional dos educandos de escolas públicas do município de Constantina/RS.

Com educação de qualidade e cidadãos com dignidade assegurada por suas próprias ações, é que buscamos responder aos objetivos deste trabalho: mapear as famílias beneficiadas com o programa Bolsa Família, nas escolas municipais de ensino fundamental da cidade de Constantina; diferenciar as funções sociais da escola e da família na vida do educando, através de questionários junto às mesmas, estabelecendo relações com as políticas públicas federais de incentivo a educação (Bolsa Família); relacionar informações recolhidas no questionário sobre o recebimento do auxílio e investimento dos mesmos por parte das famílias.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Partindo de experiências vividas e práticas diárias na escola, na ótica de quem nela trabalha e dela necessita, é que se expressa sua função fundamental na construção ética e digna de cidadãos, junto com sua família.

Com efeito, a retórica liberal do Banco Mundial está vendendo a idéia da necessidade de apoio aos países. A necessidade de enfrentar novos padrões de produtividade e avanços tecnológicos como fatores determinantes da eficácia escolar, pretendendo melhorar a qualidade da educação fundamental como estratégias de desenvolvimento dos países.

Supunha-se que por meio da escola pública e gratuita seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos. Os indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. A escola seria, nessa perspectiva, uma instituição neutra, que difundiria um conhecimento racional e objetivo e que selecionaria seus alunos com base em critérios racionais (NOGUEIRA,2002,pg. 2).

Assim estamos no momento de darmos à relevância necessária para a educação. Para que não seja somente um modelo imposto por financiadores internacionais, e sim um modelo que assegure retorno para fortalecimento da cidadania e dignidade de seu povo.

Segundo Azevedo (2000,pg. 130) a escola de hoje precisa ser pensada:

Está escola não é uma escola para vida, mas é uma escola na vida. Não é uma escola para o futuro, mas uma escola para hoje, onde nossas crianças e adolescentes são respeitados, sendo-lhes assegurado o direito à vida enquanto crianças e adolescentes, construindo, sobretudo, a aprendizagem da autonomia e da cidadania dentro de princípios solidários e transformadores.

No Brasil a relação família-escola tem sido pouco estudada. Embora educadores ressalvem, por exemplo, o dever de casa que já faz parte de nossa tradição educacional, no caso da escola privada de classe média, supõe-se que a sua aceitação (principalmente pelos pais) como uma prática rotineira, esteja associada ao fato de a jornada letiva diária e a anual serem percebidas como curtas e insuficientes para o progresso escolar. No caso da escola pública, reconhece-se que os baixos níveis de escolaridade e renda, de seu alunado, desestimulam tanto, a participação dos pais nas reuniões escolares, quanto à adoção de deveres de casa. Agora, porém, sempre levando em consideração que as contingências não destorçam para um papel somente de assistência, dentro da escola, em que o aprendizado caia para segundo plano. Acompanhando essa linha de raciocínio do dever de casa na escola pública e privada, e demais fatores escolares observados pelos professores em suas práticas educacionais, fundamentam-se estudos como Bourdieu (1998) citado por Nogueira (2002) que estão a serviço do sucesso escolar, também, em primeiro e segundo lugares os incentivos financeiros.

Aplicado à educação, esse raciocínio indica que os grupos sociais, a partir dos exemplos de sucesso e fracasso no sistema escolar vividos por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a adequar, inconscientemente, seus investimentos a essas chances. Concretamente, isso significa que os membros de cada grupo social tenderão a investir uma parcela maior ou menor dos seus esforços – medidos em termos de tempo, dedicação e recursos financeiros – na carreira escolar dos seus filhos, conforme percebam serem maiores ou menores as probabilidades de êxito. A natureza e a intensidade dos investimentos escolares variariam, ainda, em função do grau em que a reprodução social de cada grupo (manutenção da posição estrutural atual ou da tendência à ascensão social) depende do sucesso escolar dos seus membros. Assim, as elites econômicas, por exemplo, não precisariam investir tão pesadamente na escolarização dos seus filhos quanto certas frações das classes médias que devem sua posição social, quase que exclusivamente, à certificação escolar. Bourdieu (1998) observa, também, em terceiro lugar, que o grau de investimento na carreira escolar está relacionado ao retorno provável, intuitivamente estimado, que se pode obter com o título escolar, não apenas no mercado de trabalho, mas, também, nos diferentes mercados simbólicos, como o matrimonial, por exemplo. Esse retorno, ou seja, o valor do título escolar nos diversos mercados, variaria, basicamente, em função de sua maior ou menor oferta. Quanto mais fácil o acesso a um título escolar, maior a tendência a sua desvalorização ("inflação de títulos") (NOGUEIRA, 2002,pg. 11).

Segundo CUNHA (2006 pg.25) o Bolsa Família já estaria caminhando no sentido de priorizar o acesso dos beneficiados a outros programas do governo

dizendo "Desde o ano passado, há um trabalho, por exemplo, de integração do Bolsa Família com o Brasil Alfabetizado. O programa já funciona hoje como eixo integrador de outros. Esse movimento já está em curso e está muito maduro, mas tem que se estender por mais programas e se capilarizar". O mesmo esforço já estaria em andamento junto aos Ministérios da Educação, do Trabalho e de Minas e Energia, em diferentes projetos.

De acordo com REGO (2008, pg.22)

A marginalização cultural aliada à econômica atua como elemento restritivo à fruição de direitos civis e políticos por parte destes sujeitos sociais. As restrições à experiência da vida regida por direitos e prerrogativas democráticas de expressão e direito de voz na sociedade limitam significativamente sua constituição como sujeitos capacitados politicamente a formular e ampliar demandas cívicas.

Dentro do programa "Escola para Todos", um plano coordenado pelo governo federal, temos alguns projetos (Bolsa Escola) que tem como objetivo matricular na escola todas as crianças do Brasil. De acordo com RESENDE (2008, pg.1)

Sabendo que a maior parte das crianças que estão fora da escola não consegue estudar porque precisam trabalhar e ajudar seus pais, a proposta deste projeto é oferecer para as famílias de baixa renda uma ajuda de custo mensal para que mantenham seus filhos na escola. Os estudos estão em andamento, não se tem resultados concretos, isto só a um prazo maior de expectativa do projeto.

Para considerações finais sobre o Programa Bolsa Família que atende a 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. O governo federal procura averiguar constantemente com seus gestores os resultados, os quais demonstram que o Programa já apresenta resultados importantes, que efetivamente chega às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios da lei. Contribui de forma significativa para a redução da extrema pobreza, da desigualdade, colabora para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

Embora os benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) sejam repassados diretamente pelo Governo Federal às famílias, o Programa tem a participação de todos os entes federados. Cada esfera de governo possui atribuições e competências diferenciadas na gestão do PBF. A participação dos estados na gestão de benefícios está focada na coordenação dos municípios que fazem parte de seu território. Os estados exercem a função de promotores do desenvolvimento das atribuições municipais, não apenas estimulando uma ação local qualificada, como também fornecendo

o suporte e o apoio técnico necessário ao planejamento e desenvolvimento do Programa. No modelo de gestão descentralizada do PBF, os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias. Neste sentido, os gestores municipais, como executores locais do PBF, podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve manter-se atento, também, à mobilidade geográfica, característica presente nesse estrato da população, promovendo os ajustes necessários nos cadastros das famílias beneficiárias (Resende, 2008 pg.1).

A inquietude que a aplicabilidade dos recursos públicos gera, alterando significativamente os rumos da educação brasileira. E estando com nossa averiguação com dados incompletos até o momento, estamos ainda no levantamento de hipóteses. Mas a educação necessita de fatos comprovados para sua solidificação, e condução destas, e outras políticas públicas de incentivo a educação encaminhadas, concomitantemente, com os poderes executivos em todas as esferas. Com a conclusão dos estudos e tabulação dos resultados, a exposição dos mesmos e análise por parte da escola e seus gestores certamente avançaremos nas perspectivas educacionais até agora implantadas.

Para Rego (2008, pg. 23), por estas razões que Nancy Fraser:

Insiste na necessidade de que o desenho de políticas públicas de cidadania leve em conta estas ambivalências constitutivas das diversas coletividades presentes na sociedade, se quiser fazer realmente das políticas de cidadania um passo importante da luta pela emancipação humana de homens e mulheres.

Não se contesta a importância do programa Bolsa Família na estrutura econômica das famílias que vivem na linha da pobreza, principalmente absorvendo suas metas e prioridades, como regate permanente da cidadania.

Segundo REGO(2008, pg. 23) essas reflexões são possíveis:

Vale a pena começar a pensar o caso do Programa Bolsa Família como potencial programa de cidadania e, com isso, iniciar outro debate de fundamental importância: sua ampliação e transformação em renda básica universal e permanente e, por conseguinte, a requisição de sua constitucionalização específica, como direito fundamental dos cidadãos brasileiros.

Estamos vivendo um processo de globalização fruto da expansão do capitalismo global, ou continuidade do imperialismo, mas com peculiaridades que lhe conferem título de Nova Era. Ações como ECO-92, FSM (Fórum Social Mundial), G20 (Grupo dos Vinte Países em Desenvolvimento) e outros tantos, foram manifestações da sociedade no exercício de sua democracia, frente ao crescimento predatório e desigualdade mundial.

Cada mudança econômica mundial afeta a educação tornando-a frágil e suscetível aos interesses econômicos e não sociais. A história nos mostra fatos, que analisados demonstraram que a educação nunca caminhou pelas próprias pernas, e sim foi carregada pelos rumos econômicos dominantes. Na América Latina temos lideranças contra-hegemônicas (Lula e Chavez), comandantes de países de tradição partidária de esquerda, não diminuindo desta maneira os problemas da educação nestes países.

No Brasil tivemos vários exemplos de tentativas de transformar as leis da educação como, por exemplo, a 5692/71, enraizada no período militar, impondo barreiras as inovações, historicamente comprovadas. Veio a 9394/96 que carregava ainda traços do período militar, Lei Darci Ribeiro, a década da educação, um longo período de construção para as adequações necessárias. Findou-se a década e os problemas continuaram, estamos novamente à espera de decisões políticas para definir os rumos da educação. Assim, cabe aos gestores de educação, construir pedagogias críticas e independentes de fatores econômicos, para realmente ser reconhecida sua importância na construção de cidadania.

3. METODOLOGIA

Para respondermos aos objetivos propostos optamos por uma perspectiva qualitativa sendo a pesquisa tipo estudo de caso. Esta oferece elementos investigatórios, com relação á realidade, no sentido de fornecer resultados que possam colaborar para compreensão do papel da escola, sua relação com a família e os educandos. De acordo com VENTURA (2007,pg. 386)

Com base nas aplicações apresentadas, evidenciam-se as vantagens dos estudos de caso: estimulam novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatizam a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles.

A pesquisa ocorreu em duas escolas municipais, denominadas neste trabalho de A e B. A coleta de dados foi realizada em pesquisa de campo. Para coleta de dados elaboramos um questionário (em anexo) a ser aplicado a vinte e quatro (24) famílias, beneficiadas com o programa Bolsa Família, das escolas municipais A e B. E entrevista semi-estruturada (em anexo) com as diretoras das respectivas escolas, e a responsável pelo Bolsa Família no município.

Na escola A, seu funcionamento é em séries/ anos onde a troca está sendo gradativa. O seu quadro atual está composto de seis (6) serventes, cinquenta e dois (52) professores e aproximadamente quinhentos e cinquenta (550) alunos, entre maternal, ensino fundamental e EJA (ensino fundamental). Nas dependências da escola também funciona o Pólo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) com cursos de graduação e pós – graduação, oferecidos pelas universidades: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CEFET (Centro Federal de Tecnologia) Pelotas, entre outras.

A escola B é a única escola ciclada do município, projeto piloto, que atende aproximadamente duzentos e oitenta e sete (287) alunos, do maternal aos ciclos finais do ensino fundamental. Também em seu quadro tem trinta (30) professores e seis (6) serventes.

O interesse pelas escolas, citadas acima, se deu pelo acompanhamento da evolução da educação dentro das escolas municipais de Constantina, nas quais atuo como professora desde o ano 2000. Percebem-se mudanças nas políticas e pouca ou nenhuma mudança prática na vida dos educandos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para nossa análise mandamos para a escola A nove (9) questionários com termo de livre consentimento em envelope aberto. Dos quais retornaram sete (7) e seis (6) se declararam beneficiários, e um (1) não beneficiário não assinou o termo de livre consentimento. Para a escola B enviamos 30 questionários com o termo de livre consentimento, e também em envelope aberto. Dos quais 18 (dezoito) voltaram respondido, os demais doze (12) se declaram não beneficiários ou não assinaram o termo de livre consentimento, se recusando, assim, a participarem da pesquisa. Para fins de prosseguir a pesquisa trabalhamos com o percentual mínimo atingido de 10% (dez) dos beneficiários em cada escola (A e B).

4.1. Entrevista as diretoras das Escolas A e B.

TABELA 1-Tabela das entrevistas enviadas as diretoras das escolas A e B:

	Escola B	Escola A
Com base nas políticas públicas federais (bolsa família) os alunos estão chegando menos carentes economicamente na escola?	Em partes: observa-se que alguns investem o dinheiro para as necessidades dos filhos. Outros usam este para satisfazer suas próprias necessidades (vícios, bebidas alcoólicas, fumo e lazer).	Ainda não, pois, por mais que as políticas públicas federais vigentes estejam direcionadas para as camadas mais carentes, percebe-se que trouxe certa acomodação nas famílias. (“Eu recebo pra sobreviver pra que trabalhar?”)
Quais as carências mais aparentes nos alunos?	As carências mais aparentes não são mais a alimentar e material didático, porém as afetivas. Muitas crianças são criadas pelos avós ou parentes próximos, são agredidas com frequência, maltratadas pelos padrastos e sofrem a ausência das mães.	Carências afetivas familiares, gerando tristeza intensa, apatia e até depressão.
Para que a escola desenvolva sua função na sociedade, as	Ainda não . A sociedade anda a passos largos, os meios de comunicação a	Ainda não são suficientes.

políticas públicas atuais são suficientes?	cada dia bombardeiam nossas crianças e jovens oferecendo facilidades enquanto na escola, muito foi investido, porém ainda faltam recursos tecnológicos que contemplem e façam da escola um espaço de aprendizagem prazeroso.	
Com estes programas as famílias se tornaram mais participantes na vida escolar dos filhos?	Em parte. Muitos estão apenas preocupados em garantir os benefícios. Não procuram a escola para ajudar no aprendizado dos filhos e o bom andamento da escola. Existem também os que se preocupam com a formação e o aprendizado e estes às vezes nem recebem benefícios.	Em partes, mas ainda conseguem encontrar desculpas até infundadas.

Após aproximação com as escolas e famílias, para escutar suas angústias e aflições. Bem como os anos de atuação como professora, analisando como estas estão sendo beneficiada com o programa Bolsa Família , para poder compreender o porquê desta inversão de papéis, que costumeiramente, estamos vendo acontecer nas escolas, nos deparamos com uma escola fragilizada.

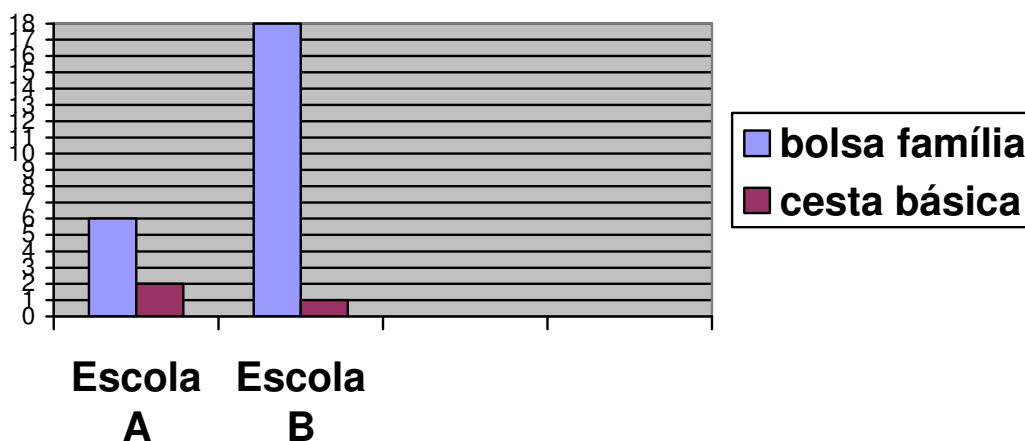
Com professores preocupados com o grande número de famílias desestruturadas e a grande carência afetiva dos educandos. Onde as famílias preocupam-se em não perder o benefício. E não no crescimento educacional de seus filhos. A aplicação dos recursos também é fator preocupante das escolas, e a transformação da escola em lugar de alegrias e prazer na construção do aprender. A grande batalha da escola é delimitar suas funções, seu papel aproximando a família da escola junto com a evolução escolar de seus educandos.

4.2. Questionário enviado as famílias

O primeiro questionamento foi para levantar informação sobre quais famílias eram beneficiadas pelo programa Bolsa Família, ou quais tinham outro benefício agregado. Dos 10% de beneficiados, de um total aproximado, de sessenta e oito (68) na escola A e cento e oitenta e seis (186) na escola B. Dos seis (6)

entrevistados na escola A apenas dois (2) recebem, como também a cesta básica. Na escola B o total de entrevistados foram dezoito (18), destes apenas um (1) recebe a cesta básica, por eles chamada de “sacolão”.

FIG. 1- Gráfico do número de benefícios por amostragem nas escola A e B.



No Município de Constantina temos 378 (trezentos e setenta e oito) beneficiados no Programa Bolsa Família, e remanescentes de outros programas e/ou integrado aos demais programas (PIM – Primeira Infância Melhor, SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional,...). Junto com o programa alguns recebem a Cesta Básica quinzenalmente aqui chamada de “sacolão”. Assim, também voltando a enfatizar, que as carências dos educandos não estão mais no campo alimentar e sim passaram para o emocional.

Segundo dados fornecidos pelo representante do programa no município ROSO (fonte www.mds.gov.br/ 2009), o Cadastro Único e Programa Bolsa Família- Constantina- RS, nos revela uma estimativa de famílias pobres – perfil Bolsa Família (com base em dados do IBGE 2004): trezentos e oitenta e oito (388). Estimativa de famílias pobres – perfil Cadastro Único (com base em dados do IBGE 2004): seiscentos e dezessete (617). Número de famílias beneficiárias do Bolsa Família: trezentos e setenta e oito (378). Temos uma média cento e oitenta (180) famílias com o IDF (Índice de Desenvolvimento da Família) até cinquenta

(50). O Cadastro Único-Constantina/ RS tem o total de um mil cento e noventa e duas (1192) famílias cadastradas. Destas quinhentas e oitenta e quatro (584) tem perfil Bolsa Família e oitocentos e quarenta (840) com perfil Cadastro Único.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda, com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00), de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

De acordo com Coordenador do município Roso (2009), Constantina possui um gestor do PBF, este é o responsável pela gestão do Bolsa Família no município. Uma nutricionista que faz acompanhamento das condicionalidades da saúde e é responsável pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional). Um técnico para o Cadastro único e PBF que é o responsável pela base de dados utilizada para o registro de informações sobre as famílias, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. É através do Cadastro Único que se realiza a seleção dos beneficiários de alguns dos programas do Governo Federal, como o Bolsa Família. Um técnico para a Frequência Escolar, sendo este o responsável pela informação de dados das condicionalidades da educação. Uma assistente social que faz o acompanhamento das famílias do Bolsa Família. Também contamos com a ICS (Instância de Controle Social), que é composta por membros do governo e entidades da sociedade civil. Sua função é de acompanhar o funcionamento e o desenvolvimento das ações implementadas pelo município e possui as seguintes características: paridade governo-sociedade, representatividade e intersetorialidade.

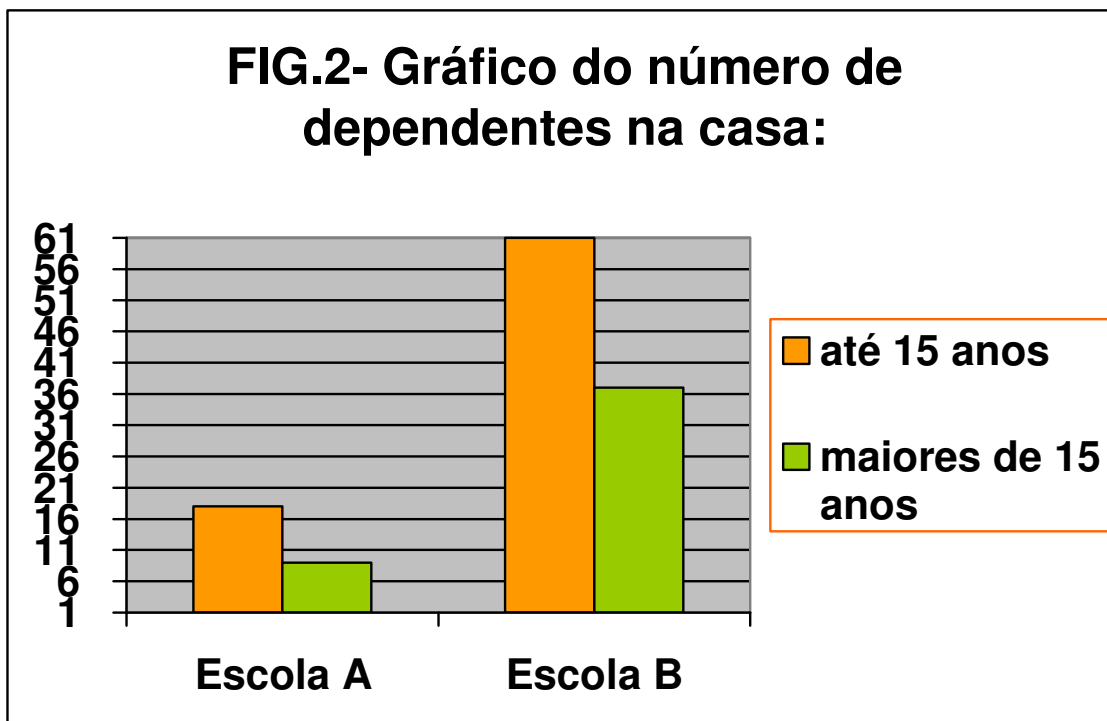
O PBF integra a estratégia FOME ZERO, que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional. E contribuindo para a erradicação da extrema pobreza, para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome.

O PBF também unificou a administração e o controle dos antigos programas de transferência de renda do Governo Federal, chamados Programas Remanescentes, a saber:

- Bolsa Escola, instituído pela Lei no 10.219, de 11/abr/2001;
 - Bolsa Alimentação, instituído pela MP no 2.206, de 6/set/2001;
 - Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto no 4.102, de 24/jan/2002;
 - e
 - Cartão Alimentação, instituído pela Lei no 10.689, de 13/jun/2003.
- A unificação dos Programas Remanescentes reduziu os custos gerenciais e as duplicidades de pagamento e tem possibilitado melhorias significativas na gestão. Ao mesmo tempo, ao passar a receber o Bolsa Família, as famílias têm tido aumentos no valor do benefício e todos os seus membros passam a ser apoiados de forma integral. O Bolsa Família é voltado para toda a família, e isso significa que não são apenas pessoas isoladas da família que têm responsabilidades de frequência à escola e de cuidados com saúde. (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA -GUIA DO GESTOR, 2008 pg.12).

De acordo com ROSO (2009) o Programa Bolsa Família tem como objetivo promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público; combater a fome; promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e combater a pobreza.

O número de dependentes é muito variável, principalmente, pelo aglomerado de pessoas da mesma família que convivem na mesma casa. Verificando a amostragem na escola A temos dezoito (18) indivíduos com até quinze (15) anos de idade (idade aproximada em que concluem o Ensino Fundamental) e nove (9) indivíduos acima de quinze (15) anos, considerados os jovens e adultos provedores de renda para família. Nesta mesma situação, na escola B temos sessenta e um (61) indivíduos com até quinze (15) anos e trinta e sete (37) indivíduos com idade superior a quinze (15) anos.



Percebe-se ainda hoje nas famílias de baixa renda a pouca escolaridade e o grande número de dependentes numa mesma casa, que muitas vezes é mantida pelos avós paternos ou maternos que recebem aposentadoria. Nas casas concentram-se avós, tios e primos, pais ou mãe e filhos, buscando formas de sobreviverem, sem perder sua identidade de cidadão, diante de inúmeras adversidades.

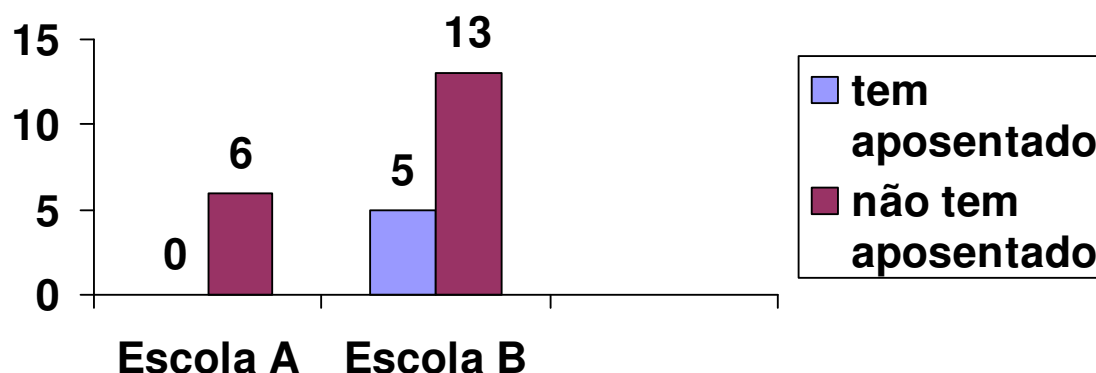
Apesar da ampla oferta de serviços públicos existentes no Brasil, geralmente as políticas públicas, em especial as políticas sociais, são acessadas em maior medida e com mais intensidade pelas famílias menos pobres do que pelas famílias pobres ou extremamente pobres. Em grande parte, isso deve-se ao histórico do desenho da oferta pública de serviços de saúde, educação e assistência social, com base em um modelo de espera que fornece serviços e benefícios àqueles grupos que os demandam. Esse modelo também pressupõe que aqueles que não demandam esses serviços e benefícios não necessitam deles (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA- MANUAL DE GESTÃO DAS CONDICIONALIDADES, 2008 pg.7).

Quando a estrutura econômica da família é precária refugia-se em programas sociais de auxílio, como o Bolsa Família ou até a manutenção de membros aposentados ou pensionistas do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) para contribuir nas despesas da casa. Para tanto há necessidade de mudanças em prol do resgate da cidadania.

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Art. 26. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais, não governamentais e da sociedade civil.(LEI 8742/1993).

FIG.3-Gráfico da presença de aposentados ou pensionistas do INSS na família, sobre o total de entrevistados.



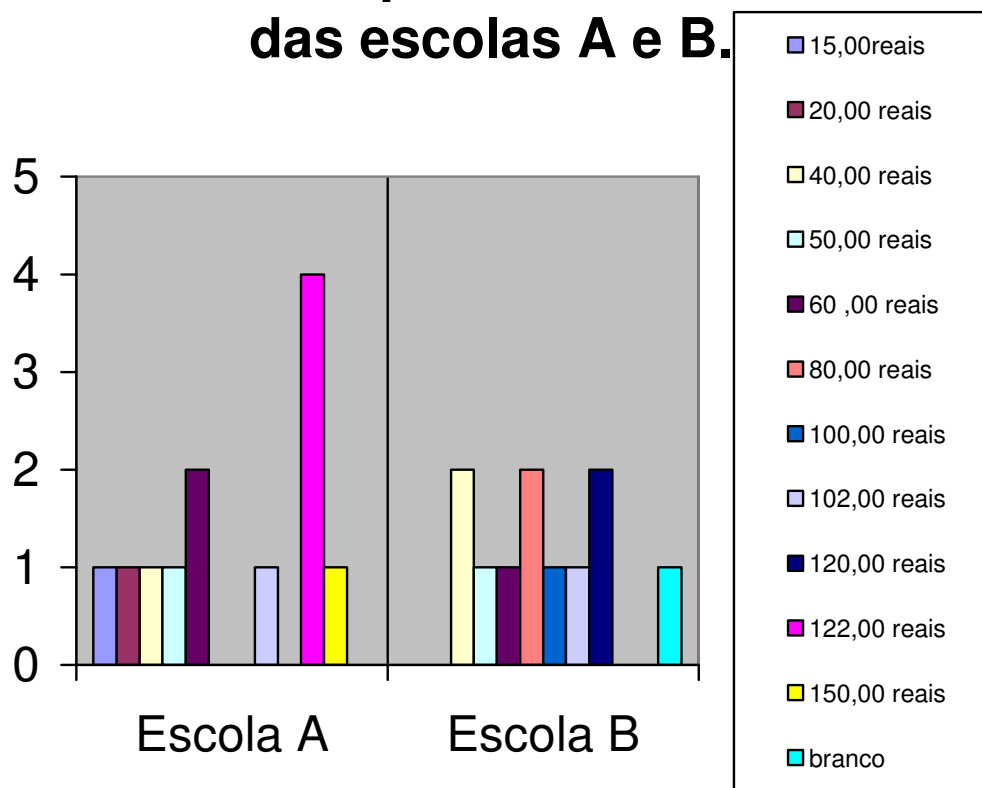
Em nosso município, o valor aproximado circulando mensalmente derivado do Bolsa Família é de trinta e dois mil reais (R\$ 32.000,00). Valor que para um município pequeno, aproximadamente dez (10) mil habitantes, e essencialmente agrícola, como é o nosso tendo uma grande importância econômica no setor terciário (comércio), movimentando os pequenos estabelecimentos, principalmente nos bairros.

Os valores são diferentes entre si, devido aos números de filhos, remanescentes ou não de outros programas, integrantes do PETI (programa de erradicação do trabalho infantil). Segundo a Assistência Social fazem parte deste programa quatorze (14) crianças. Um valor pequeno que complementa a renda, junto com demais programas do Fome Zero (Governo Federal), como é o caso da

cesta básica que é distribuída quinzenalmente com uma diversidade de produtos dentre eles produtos das agroindústrias locais.

No Programa Bolsa Família, o apoio financeiro visa complementar a renda familiar para suas necessidades básicas e a família sabe, melhor do que o governo, quais são elas. Não há, portanto, motivo para ter que comprovar a utilização desse recurso. Estudos mostram que as famílias utilizam os recursos preferencialmente, para a compra de alimentos, em estabelecimentos próximos as suas residências, o que contribui para o desenvolvimento local de acordo com ROSO (2009).

FIG.4-Gráfico dos valores recebidos pelos beneficiários das escolas A e B.



Na distribuição de valores na escola A temos um (1) beneficiário recebendo vinte reais (R\$20,00), um (1) recebendo valor de quarenta reais (R\$ 40,00), um (1) recebendo valor de cinquenta reais (R\$ 50,00), dois (2) beneficiários recebendo os

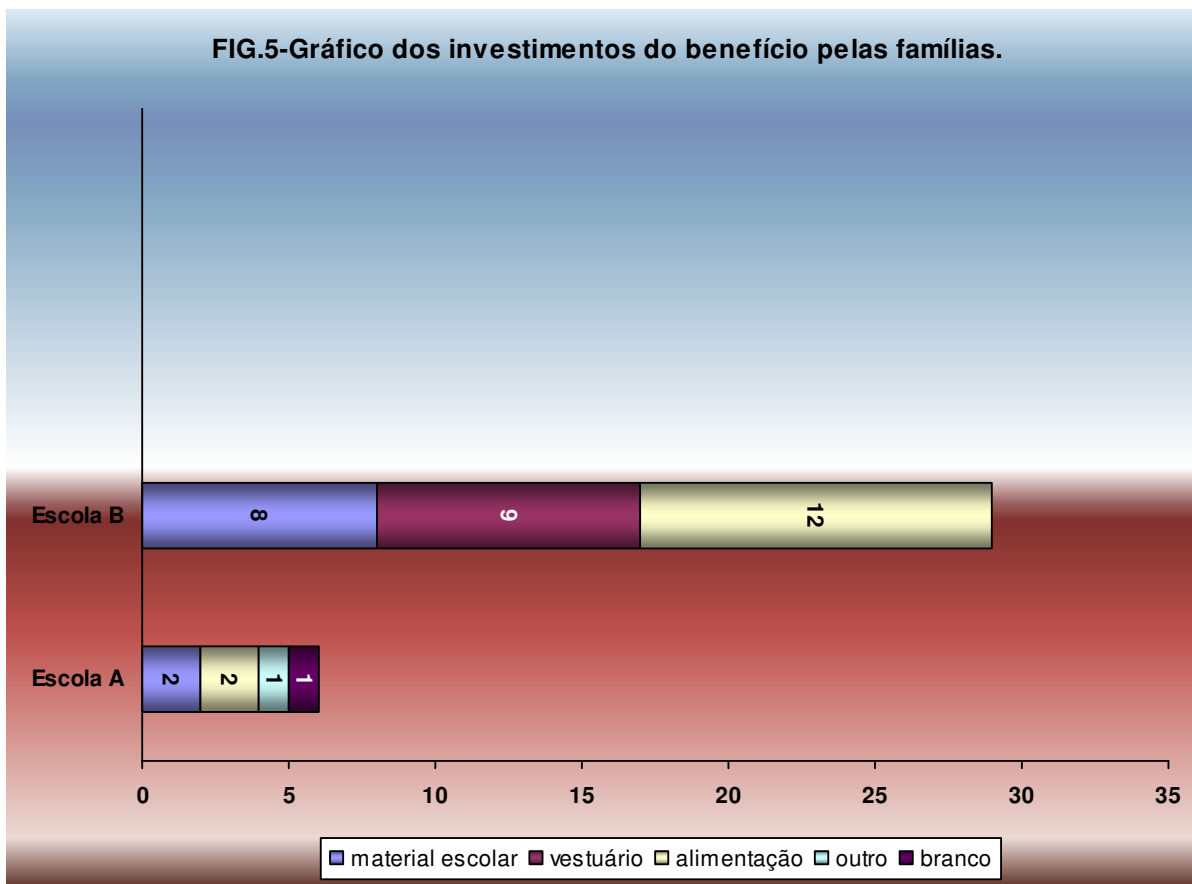
valores iguais a sessenta reais (R\$ 60,00) e um (1) beneficiário recebendo cento e dois reais (R\$ 102,00).

Na escola B temos um (1) beneficiário recebendo quinze reais (R\$15,00), dois (2) beneficiários recebendo os valores iguais a quarenta reais (R\$40,00), um (1) quarenta e cinco reais (R\$ 45,00), um (1) recebendo cinquenta reais (R\$50,00), um (1) recebendo sessenta reais (R\$60,00), dois (2) beneficiários com valores iguais a oitenta reais (R\$ 80,00), um (1) recebendo cem reais (R\$100,00), um (1) recebendo cento e dois reais (R\$102,00), dois (2) beneficiários recebendo os valores de cento e vinte reais (R\$120,00), quatro (4) beneficiários recebendo valores iguais a cento e vinte e dois reais (R\$ 122,00), um recebendo cento e cinquenta reais (R\$ 150,00) e um (1) em branco. Uma variação muito grande entre si de valores, mas cada um tendo sua parcela de contribuição no sustento das famílias.

Na infância, uma criança com deficiência alimentar e nutricional poderá ter sua capacidade de aprendizado comprometida por toda a vida. Se essa mesma criança conviver em um ambiente que não garanta condições adequadas de higiene e não a estimule para o desenvolvimento dos seus potenciais, provavelmente enfrentará problemas sérios de saúde e limitações em suas ações. O baixo aproveitamento escolar e a ausência de estímulos, somados, entre outras coisas, à inserção precoce no mercado de trabalho, desencadeiam desinteresse pelos estudos, o que pode provocar evasão e defasagem escolar. Na fase adulta, a antecipação ao trabalho associada à baixa escolaridade representa uma renda menor que, atrelada à falta de informações, induz a poucos investimentos em mínimos sociais que garantam disposição e qualidade de vida. A tendência dessa situação é se repetir entre gerações. Famílias que se constituem sobre tais estruturas potencialmente reproduzem essa prática aos filhos, constituindo o que chamamos de ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Para romper esse ciclo vicioso é necessário quebrar a continuidade dessa situação, abrindo novas oportunidades e possibilitando a inclusão social. (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - MANUAL DE GESTÃO DAS CONDICIONALIDADES, 2008 pg.10)

Com os valores recebidos cada família investe de forma diferenciada que podemos verificar até mesmo em que algumas entrevistas foram assinaladas mais do que um item. Assim temos na escola A dois (2) investem em material escola para seus filhos, dois (2) declararam complementar a alimentação da família, um (1) que assinalou a opção outro e declarou pagar o aluguel com o valor do benefício e um (1) que deixou em branco.

Na escola B temos oito (8) que declararam investir em material escolar, nove (9) investem no vestuário e doze (12) procuram complementar a alimentação da família.



A maneira como está sendo usado o benefício na amostragem é muito variável, mas vê-se um aumento significativo em relação ao vestuário. Devido à questão da alimentação ter sido tema de inúmeros programas federais amenizando a fome em nível de Brasil. Outro índice relevante foi o material escolar, relevante e questionador, nos remetendo a uma questão intrínseca nas escolas. Por que os alunos continuam chegando sem material escolar nas escolas? A escola pública oferece para o aluno carente o material necessário para manter-se na escola, porém tudo passa por processos burocráticos que impede o atendimento imediato de tais necessidades.

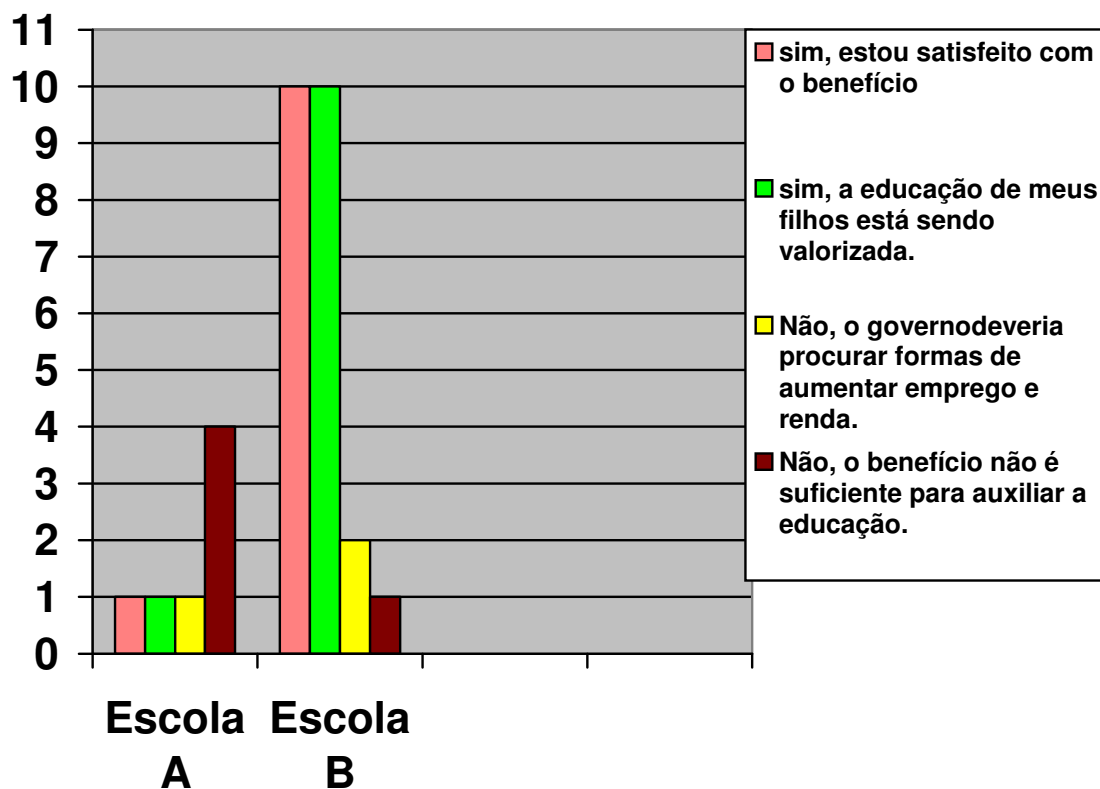
Pois a escola se detém em funções que não são cabíveis somente a ela, hoje a escola pública tem nutricionista, psicóloga, dentista, assistência social, voluntariado, campanhas para agasalhos, material escolar, brinquedos entre

outras... E ainda consegue desenvolver competências e habilidades, dentro de sua real função, como determina a lei.

Quanto às opiniões pré-estruturadas sobre o Bolsa Família, tivemos também assinalados mais do que uma alternativa ficando da seguinte maneira as respostas na escola A: um (1) declarou-se satisfeito, “sim, estou satisfeito com o benefício”, um (1) “sim, a educação de meus filhos está sendo valorizada”, (1) “ Não, o governo deveria procurar formas de aumentar emprego e renda”, quatro (4) “ Não, o benefício não é suficiente para auxiliar a educação”, sendo na escola A o maior índice de insatisfação com o benefício.

Na escola B, dez (10) votos para “sim, estou satisfeito com o benefício”, dez (10) declararam “sim, a educação de meus filhos está sendo valorizada”, dois (2) concluíram que “ Não, o governo deveria procurar formas de aumentar emprego e renda” , apenas um (1) declarou que “ Não, o benefício não é suficiente para auxiliar a educação”.

FIG.6-Gráfico do índice de satisfação com o recebimento do benefício.



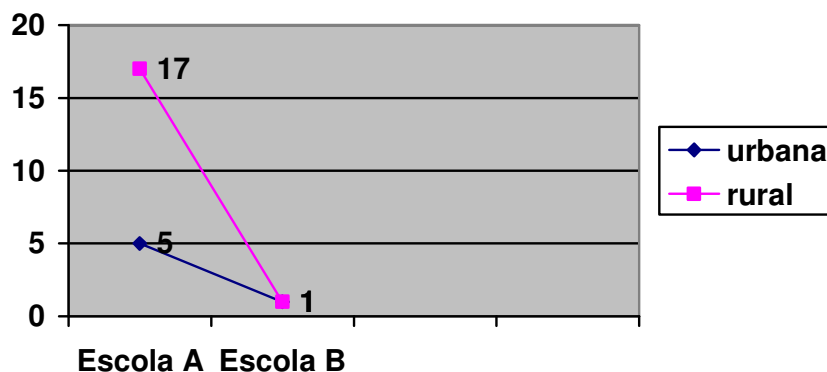
Na grande maioria, os entrevistados estão satisfeitos com o benefício, pois tanto as famílias quanto o governo precisam estar cientes de que se trata de um programa de auxílio temporário para as famílias se reestruturarem em conjunto com demais ações governamentais, na busca de uma sobrevivência independente evitando vícios assistenciais.

O Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza. A primeira delas refere-se ao alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família.

A segunda dimensão diz respeito ao reforço que o Bolsa Família oferece ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações. Essa dimensão concretiza-se nas condicionais ou compromissos que as famílias devem cumprir para participarem do Programa. Ao entrar no PBF, as famílias comprometem-se a manter suas crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola e a cumprir os cuidados básicos em saúde: o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA -GUIA DO GESTOR, 2008 pg.9).

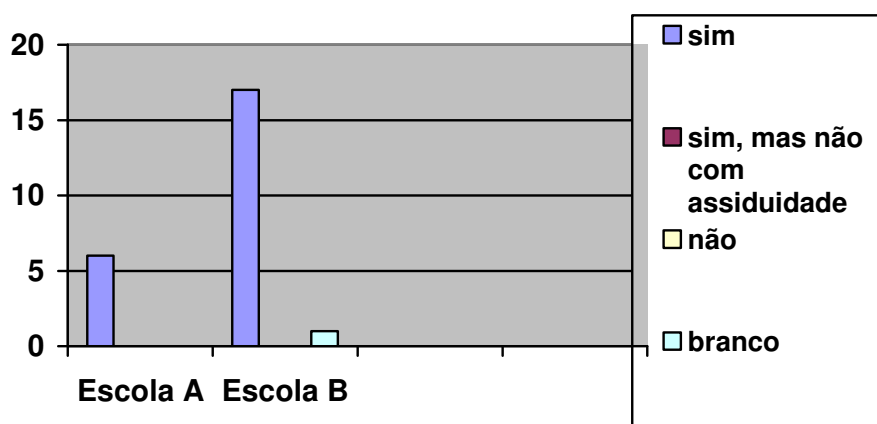
Na escola A apenas um (1) declarou-se morador da zona rural, e cinco (5) moradores da zona urbana, na escola B também um (1) morador da zona rural e dezessete (17) moradores da zona urbana. Como verificamos, na maioria, moradores de zona urbana e suscetíveis a problemas urbanos como falta de moradia, emprego e saneamento básico. Problemas mais brandos na zona rural.

FIG.7-Gráfico da localização das residências dos entrevistados.



Independente de todas as adversidades enfrentadas pelas famílias, na entrevista, foi unânime a preocupação com a assiduidade dos filhos na escola. Essa assiduidade deveria ser revertida em aprendizado para a criança que freqüenta a escola, como para a família que deveria estar mais próxima da escola para participar do processo de aprendizagem. Não somente com a preocupação de não perder o benefício devido às faltas dos filhos na escola.

FIG.8-Gráfico da obrigatoriedade da frequência escolar.



O Brasil é um país grande na extensão e na diversidade, mas que precisa romper barreiras culturais e de inclusão. Pela educação haverá a possibilidade de se buscar a dignidade de seus cidadãos.

A baixa escolaridade impede que muitos saiam da pobreza. E, o que é pior, faz que a pobreza seja transmitida de pai para filho, criando um ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. Isso quer dizer que os filhos de pais pobres têm mais chances de continuarem pobres. E quando crescerem e tiverem os seus próprios filhos, eles terão grandes chances de serem pobres também. Se nada for feito, esse processo continuará a se repetir de geração em geração. Para quebrar esse ciclo é necessário, entre outras medidas e ações, permitir e incentivar o acesso das famílias mais pobres aos cuidados básicos de saúde e à educação de qualidade. (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA-MANUAL DE GESTÃO DAS CONDICIONALIDADES, 2008 pg.8)

De acordo com ROSO (2009) coordenador municipal do programa, é uma política necessária, pois proporciona o alívio imediato da pobreza por meio da

transferência de renda com condicionalidades diretamente as famílias. Desta forma auxilia na inclusão social das famílias pobres e extremamente pobres, pois utilizam este recurso para suprir as suas necessidades e não deixa de ser um recurso financeiro que gira mensalmente no município.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizarmos este trabalho com um levantamento teórico sobre o Programa Bolsa Família, esclarecendo sua abrangência e campo de atuação agregado a visão da escola e da família sobre o mesmo, juntamente com a compreensão de que se trata de um programa de auxílio financeiro temporário. Sendo assim, uma alavanca para que a família alcance sua autossustentação, foi possível mapear um total de trezentos e setenta e oito (378) famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família no Município de Constantina, sendo grande maioria residente da zona urbana.

Foram escolhidas para as entrevista as escolas A e B devido a concentrarem o maior número de beneficiários do programa, sendo de sessenta e oito (68) o número de beneficiários na escola A e de cento e oitenta e seis (186) na escola B. Números vigentes para os dias primeiro e dois de abril do corrente ano (01/04/09 e 02/04/09).

Para o município os resultados do programa tem sido favoráveis. De acordo com ROSO (2009) em Constantina o programa tem alcançado os seus objetivos, pois conforme o IDF (Índice de Desenvolvimento da Família) tem aproximadamente 982 famílias com IDF superior a 50%, ou seja, que estão se desenvolvendo, pois tem acesso a condições habitacionais, desenvolvimento infantil, acesso ao trabalho, acesso ao conhecimento e diversos itens que o IDF avalia, porque ele é um indicador que permite calcular o desenvolvimento de cada família e agregar o grau de desenvolvimento de bairros, territórios, municípios, estados e países.

Para as famílias esse programa melhorou a alimentação, o vestuário, completou o orçamento numa forma de proteção social. Para a escola não trouxe os resultados esperados, devido as crianças continuarem chegando a escola sem o lápis e o caderno. Percebemos, assim, expectativas diferenciadas sobre um mesmo programa (BF), não se quebrando o circula historicamente criado em que a família

vem na escola apenas para resolver problemas com os filhos ou conferir a presença para não interferir no recebimento do benefício.

Também não esperamos encontrar respostas prontas para questões históricas como é a definição de papel social da escola, como também, com isso não podemos omitir nossa responsabilidade com o processo educacional.

Observamos a existência de uma discussão, principalmente nas escolas, sobre essa inversão de papéis entre a família e a própria escola. Devido à criança estar chegando carente afetivamente na escola, fazendo com que a relação escola - educando também seja diferenciada.

Estamos num mundo em que as pessoas têm muita pressa, estão sempre atarefadas e atrasadas. Os pais não têm tempo para os filhos, pois precisam trabalhar, os filhos estão com agenda cheia de tarefas que muitas vezes não tem tempo de brincarem, chegando cada vez com menos idade para a escola e acabando, assim, por aumentar o tempo de permanência na escola. Os professores estão sobrecarregados com aulas, para complementar o orçamento no final do mês.

A escola pública conta hoje em sua estrutura com dentista, nutricionista, psicólogo entre outros serviços, realizando pedidos de encaminhamento médico junto a Secretaria da Saúde. Isso de certa forma acomodou algumas famílias, como em outros casos criou pontes entre a família e os médicos, pois algumas destas famílias, até mesmo, pela carência econômica esperam o pedido de consulta médica ser encaminhado pela escola ou Conselho Tutelar para que seja atendido mais rapidamente possível e sem custo.

As famílias esperam da escola um processo de educação completa, a escola espera da família um comprometimento na caminhada escolar do educando. Mas o dialogo entre ambas as partes precisam evoluir muito para encontrarmos um caminho unificado onde a educação esteja a frente na construção da cidadania e participando efetivamente do progresso do país.

A gestão educacional é o processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenar as escolas levando em conta as diretrizes e políticas educacionais públicas. Sendo o maior desafio para os gestores realizar um trabalho

que demonstre resultados imediatos e que satisfaça a todos os envolvidos no processo educacional. Pois a falta de articulação entre as ações dentro da educação só aumentaram o fracasso e a ineficiência na aplicação de esforços e recursos para melhorar a educação ao longo da história.

Com o término deste trabalho podemos perceber que estamos caminhando para a evolução da educação, mas muito longe da educação ideal para nossas escolas públicas. Escolas que enfrentam a nova estrutura da família brasileira, em que as carências econômicas diminuíram, mas não deixaram de existir, e as emocionais afloraram, intrínsecas na sala de aula afetam o aluno, o professor, a escola e a família.

A família com sua nova estrutura reúnem pais, mães, madrastas, padrastos, enteados ou até mesmo tios, avós ou outros vínculos em sua organização, sendo tantas novas e outras estruturas povoando um mesmo núcleo social. Que se encontram gerenciados pelas políticas públicas nos processos sociais, dentro e fora da escola.

Políticas Públicas têm em todos os setores, porém ainda não englobam totalmente a sociedade, ou são desvirtuadas no caso do assistencialismo. A carência emocional e a desestrutura familiar são campos que ainda apresentam um grande leque de possibilidades na pesquisa.

Concluimos que a função social da escola, da família, juntamente com as políticas públicas estão entrelaçadas, costuradas para formar o cidadão capaz de sobreviver, evoluir, participar e colaborar na construção da vida em sociedade.

6- REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José C de. **Escola Cidadã: desafios, diálogos e travessias**. Ed. Vozes. RJ,2000.

BOLETIM DA EDUCAÇÃO nº 8. **Pedagogia do Movimento Sem Terra-acampamento às escolas**. Ed. Peres. SP, 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20-12-1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. In: Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, p. 1833-1841, 23 dez 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social - **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF**. Brasília, 2008.

COHN, A. FONSECA, A. **O Bolsa Família e a questão social**. Ministério do Desenvolvimento Social - Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família-PBF. Brasília, 2008. CD-ROM.

COHN, A. . **Programas de transferências de renda e a questão social no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social - Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família-PBF. Brasília, 2008. CD-ROM.

CUNHA, R. Integrar programas será a prioridade, afirma ministério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de maio de 2006. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2805200625.htm>. Acessado em : 20/07/07

FREIRE, Paulo. **Caderno Pedagógico-Aprendendo/ Ensinando Paulo Freire**. Secretaria da educação/ RS, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia-Saberes necessários a pratica educativa.** 19ª ed. Ed. Paz e Terra. SP,2001.

HILLEBRAND, Vicente.**Grupos de estudo- contribuições na atuação pedagógica.** Ed. SE/ CECIRS/RS, 1997.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação, ampliação da cidadania e participação.** *Educ. Pesqui.*, Dez 2000, vol.26, no.2, p.11-29. ISSN 1517-9702. Disponível em : [http:// www.bireme.br](http://www.bireme.br) Acessado : 20/07/07

LEI 8742/ 1993- LOAS. Ministério do Desenvolvimento Social - **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família –PBF.** Brasília, 2008. CD-ROM.

LEI 10.836/2004-PBF. Ministério do Desenvolvimento Social - **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família –PBF.** Brasília, 2008. CD-ROM.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação.** *Estud. av.*, Dez 1991, vol.5, no.13, p.7-47. ISSN 0103-4014. Disponível em : [http:// www.bireme.br](http://www.bireme.br) Acessado : 20/07/07

MOURA, Graziella R. S. **O programa FUNDESCOLA: concepções, objetivos, componentes e abrangência - a perspectiva de melhoria da gestão do sistema e das escolas públicas.** *Educ. Soc.*, Abr 2005, vol.26, no.90, p.127-147. ISSN 0101-7330. Disponível em : [http:// www.bireme.br](http://www.bireme.br) Acessado : 20/07/07

MOURA, Paulo Gabriel Martins de. **Bolsa família: projeto social ou marketing político?** *Rev. katálysis*, Jun 2007, vol.10, no.1, p.115-122. ISSN 1414-4980. Disponível em : [http:// www.bireme.br](http://www.bireme.br) Acessado : 20/07/07

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n.78, abr. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-733020020002000003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09/02/2009.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA guia do gestor. Ministério do Desenvolvimento Social - **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família –PBF**. Brasília, 2008. CD-ROM.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA manual de gestão das condicionalidades- 1ed. Ministério do Desenvolvimento Social - **Capacitação para implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e do Programa Bolsa Família – PBF**. Brasília, 2008. CD-ROM.

REGO, Walquiria Leão. **Lua Nova**, São Paulo, n. 73, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09/02/2009.

RESENDE, Fabrício. **Bolsa Família**. Disponível: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acessado em: 27/09/2008.

VENTURA, M.M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Pedagogia Médica, SOCERJ, 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf> acessado em: 08/06/2009.

7-ANEXO

Anexo 7.1: Questionário para pesquisa de campo com as famílias.

Este questionário é um instrumento de trabalho do pesquisador, portanto responda as questões com retidão. Seu anonimato é garantido porque apenas queremos analisar a RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.

- 1) Você é beneficiado com programas assistenciais?
 Não
 sim. Bolsa Família
 outra. Qual _____
- 2) Quantos dependentes na sua casa? –Coloque entre parênteses o número.
 Até 15 anos ()
 Maiores de 15 anos ()
- 3) Há aposentados ou pensionistas do INSS em sua residência que contribuam com as despesas da casa?
 Não
 Sim. Quantos? ()
- 4) Qual é o valor em R\$ que recebe do programa?
 R\$ 15,00 R\$30,00 R\$ 45,00 R\$50,00 80,00 R\$ 95,00
 outro valor. R\$ _____
- 5) O benefício do programa Bolsa Família é investido em:
 material escolar vestuário alimentação outro.
 Qual? _____
- 6) Na sua opinião, programa Bolsa Família está atendendo suas necessidades satisfatoriamente?
 sim, estou satisfeito com o benefício.
 sim, a educação de meus filhos está sendo valorizada.
 Não, o governo deveria procurar formas de aumentar emprego e renda.
 Não, o benefício não é suficiente para auxiliar a educação.
- 7) Sua residência está localizada:
 Zona Urbana Zona Rural
- 8) Caso não existisse a obrigatoriedade da freqüência escolar para recebimento do auxílio, seus filhos frequentariam a escola igualmente?
 sim sim, mas não com assiduidade
 não

Anexo 7.2: Entrevista semi-estruturada para pesquisa de campo – direção e professores.

Esta entrevista é um instrumento de trabalho do pesquisador, portanto responda as questões com retidão. Seu anonimato é garantido porque apenas queremos analisar a RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.

- 1) Com base nas políticas públicas federais (Bolsa Família) os alunos estão chegando menos carentes economicamente na escola?

- 2)Quais são as carências mais aparentes nos alunos?

- 3)Para que a escola desenvolva sua função na sociedade, as políticas públicas atuais são suficientes?

- 4) Com estes programas as famílias se tornaram mais participantes na vida escolar dos filhos?

Anexo 7.3: Entrevista semi-estruturada para pesquisa de campo – Responsável pelo Bolsa Família no município.

Esta entrevista é um instrumento de trabalho do pesquisador, portanto responda as questões com retidão. Seu anonimato é garantido porque apenas queremos analisar a RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS.

1. Há quantos anos o município de Constantina é integrante do Programa Bolsa Família? _____

2. Quantas pessoas desempenham funções e quais são estas funções para que o programa aconteça em nosso município? _____

Para perfil econômico do município o Programa Bolsa Família é uma política necessária?

3. Como é feita a escolha das famílias beneficiárias? Quem participa deste processo?

4. Qual o objetivo do Bolsa Família?

5. Segundo os princípios do Programa, no que a família deveria aplicar esse benefício?

6. O programa tem alcançado seus objetivos no município de Constantina?

7.4 - Termo de livre consentimento

Eu,.....concordo em participar e responder com retidão ao questionário da pesquisa sobre a RELAÇÃO ESCOLA, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA-RS, da professora Elisandra de Almeida Schorn , estudante do Curso de Pós-graduação em Gestão Educacional-EAD, pela Universidade Federal de Santa Maria.

Constantina, ____ / ____ / _____.

7.5- Questionário respondido pela responsável do programa BOLSA FAMÍLIA no município (ROSO, 2009).

7. Há quantos anos o município de Constantina é integrante do Programa Bolsa Família?

O município é integrante do Programa Bolsa Família desde o ano de 2004.

8. Quantas pessoas desempenham funções e quais são estas funções para que o programa aconteça em nosso município?

Atualmente são cinco pessoas que desempenham as atividades relacionadas ao Programa Bolsa Família. O município possui um gestor do PBF, este é o responsável pela gestão do Bolsa Família no município. Uma nutricionista que faz acompanhamento das condicionalidades da saúde e é responsável pelo SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional). Um técnico para o Cadastro único e PBF que é o responsável pela base de dados utilizada para o registro de informações sobre as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal de até três salários mínimos é através do Cadastro Único que se realiza a seleção dos beneficiários de alguns dos programas do Governo Federal, como o Bolsa Família. Um técnico para a Frequência Escolar sendo este o responsável pela informação de dados das condicionalidades da educação. Uma assistente social que faz o acompanhamento das famílias do Bolsa Família Também contamos com a ICS (Instância de Controle Social), que é composta por membros do governo e entidades da sociedade civil. Sua função é de acompanhar o funcionamento e o desenvolvimento das ações implementadas pelo município e possui as seguintes características: paridade governo-sociedade, representatividade e intersetorialidade.

9. Para perfil econômico do município o Programa Bolsa Família é uma política necessária?

É uma política necessária, pois proporciona o alívio imediato da pobreza por meio da transferência de renda com condicionalidades diretamente as famílias. Desta forma auxilia na inclusão social das famílias pobres e extremamente pobres, pois utilizam este recurso para suprir as suas necessidades e não deixa de ser um recurso financeiro que gira mensalmente no município.

10. Como é feita a escolha das famílias beneficiárias? Quem participa deste processo?

A escolha das famílias beneficiárias é feita com base nas informações inseridas no CadÚnico (cadastro único), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa a cada mês. O critério principal é a renda *per capita* da família e são incluídas primeiro as famílias com a menor renda.

11. Qual o objetivo do Bolsa Família?

O Programa Bolsa Família tem como objetivo promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público; combater a fome; promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; e combater a pobreza.

12. Segundo os princípios do Programa, no que a família deveria aplicar esse benefício?

No Programa Bolsa Família, o apoio financeiro visa complementar a renda familiar para suas necessidades básicas e a família sabe, melhor do que o governo, quais são elas. Não há, portanto, motivo para ter que comprovar a utilização desse recurso. Estudos mostram que as famílias utilizam os recursos preferencialmente, para a compra de alimentos, em estabelecimentos próximos as suas residências, o que contribui para o desenvolvimento local.

13. O programa tem alcançado seus objetivos no município de Constantina?

No município de Constantina o programa tem alcançado os seus objetivos, pois conforme o IDF (Índice de Desenvolvimento da Família) tem aproximadamente 982 famílias com IDF superior a 50%, ou seja, que estão se desenvolvendo, pois tem acesso a condições habitacionais, desenvolvimento infantil, acesso ao trabalho, disponibilizam de recursos, acesso ao conhecimento e diversos itens que o IDF avalia porque ele é um indicador quem permite calcular o desenvolvimento de cada família e agregar o grau de desenvolvimento de bairros, territórios, municípios, estados e países.